

Recategorização e orientação argumentativa: uma análise da introdução referencial em redações nota mil do ENEM 2018

Recategorization and argumentative guidance: an analysis of the reference introduction in ENEM 2018 grade mil essays

Amanda Mikaelly Nobre de Souza  

anobredesouza@gmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra  

lidmoraishb@gmail.com

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN

Resumo

Considerando que os textos são produzidos para cumprir determinado(s) propósito(s) comunicativo(s) e que são orientados para esse fim, defendemos haver textos com argumentação direta e textos com argumentação indireta, o que implica falar em graus de argumentatividade (Cavalcante et al, 2020), pressuposto defendido pela Linguística Textual. Resultante de uma pesquisa de dissertação, neste artigo, objetivamos analisar a atuação da introdução referencial no desenvolvimento da orientação argumentativa em redações nota mil do ENEM ano 2018. Com respaldo em Amossy (2018) e Silva (2013), mediante abordagem qualitativa, de natureza exploratória e do tipo descritivo-interpretativista, a pesquisa reforça a argumentatividade presente já na inauguração dos referentes, revelando pontos de vista e avaliações que constroem e reforçam uma tese. Para análise, elegemos 2 redações, as quais apresentam maior recorrência de processos referenciais e similaridade quanto ao viés argumentativo de discussão. Como resultados, concluímos que, da função de caracterizar o referente a de encapsular um projeto de dizer que ainda será desenvolvido ao longo da unidade discursiva, a introdução referencial trabalha na construção da orientação argumentativa do texto cumprindo o papel de articulador, dado que a inauguração de um referente resulta uma posterior retomada ou remissão e conduz o leitor a pensar o tema sob determinadas percepções. Com efeito, reconhecemos os efeitos que esta pesquisa traz às aulas de Língua Portuguesa, quanto às funções que a construção da referência cumpre à orientação argumentativa dos textos, à medida que agencia a ampliação dos estudos sobre a interface entre referenciação e argumentação em Linguística Textual.

Palavras-chave


Referenciação. Recategorização. Introdução Referencial. Orientação Argumentativa. Redação do ENEM.

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 09/07/2024

Aprovação do trabalho: 06/12/2024

Publicação do trabalho: 27/03/2025

 10.46230/lef.v16i3.13530

COMO CITAR

SOUZA, Amanda Mikaelly Nobre de; BEZERRA, Lidiane de Moraes Diógenes. Recategorização e orientação argumentativa: uma análise da introdução referencial em redações nota mil do ENEM 2018. **Revista Linguagem em Foco**, v.16, n.3, 2024, p. 195-217. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/13530>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

Abstract

Considering that texts are produced to fulfill a certain communicative purpose(s) and are oriented towards this purpose, we argue that there are texts with direct argumentation and texts with indirect argumentation, which implies speaking in degrees of argumentativeness (Cavalcante et al, 2020), an assumption defended by Textual Linguistics. Resulting from a dissertation research, in this article, we aim to analyze the role of the referential introduction in the development of argumentative guidance in ENEM grade 1000 essays in 2018. Supported by Amossy (2018) and Silva (2013), through a qualitative approach, of a exploratory and descriptive-interpretative, the research reinforces the argumentativeness present at the inauguration of the referents, revealing points of view and evaluations that build and reinforce a thesis. For analysis, we chose 2 essays, which present a greater recurrence of referential processes and similarity in terms of the argumentative bias of discussion. As results, we conclude that, from the function of characterizing the referent to encapsulating a project of saying that will still be developed throughout the discursive unit, the referential introduction works on building the argumentative orientation of the text, fulfilling the role of articulator, given that the inauguration a referent results in a subsequent resumption or remission and leads the reader to think about the theme under certain perceptions. In effect, we recognize the effects that this research brings to Portuguese language classes, regarding the functions that the construction of reference fulfills in the argumentative orientation of texts, as it promotes the expansion of studies on the interface between referencing and argumentation in Textual Linguistics.

Keywords

Referencing. Recategorization. Referential Introduction. Argumentative Orientation. ENEM Writing.

Introdução

Os estudos em Linguística Textual (doravante LT) versam sobre a atividade que fundamenta e dá origem à ação humana: o texto. Necessariamente, nenhuma prática social acontece sem o uso do texto, que emerge de uma necessidade comunicativa e, como consequência, cumpre dada pretensão com vistas a atingir alguém - orientação que permite à literatura entender que todo texto apresenta níveis de argumentatividade, em maior ou menor grau (Cavalcante *et al*, 2020).

Nessa perspectiva, o texto assume o estatuto de qualquer instância que possibilita a correlação entre o dito (cotexto) e o não-dito (contexto), mediante variados recursos multissemióticos, de natureza verbal, não-verbal, visual, sonora, gestual, etc. Daí concordarmos com Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 64), ao entenderem que, em Linguística Textual, “tudo pode ser considerado texto, porque nos chama a participar ativamente de uma interação para a qual devemos dar sentido(s)”, noção que se deve à própria natureza da linguagem, que não alcança o mundo físico e estático nem funciona como um espelho da realidade material, mas sim contextual, socialmente construída.

Partindo desse pressuposto, o texto deve ser concebido como uma atividade que envolve fatores linguísticos e extralinguísticos, processos mentais e fatores socioculturais, na relação entre os sujeitos da enunciação numa determinada situação comunicativa de interação (Cavalcante, 2012). Com respaldo numa abordagem interacional de base sociocognitiva, também defendida em Caval-

cante e Custódio Filho (2010), a Linguística Textual investiga a configuração do processo de produção e compreensão de textos sob diferentes perspectivas, a exemplo da referenciação, critério teórico-metodológico de análise adotado nesta pesquisa.

O fenômeno da referenciação é processo constitutivo da tarefa de produção textual, de modo que os referentes são construídos e reconstruídos no discurso, mediante atividade de interação, referindo-se, pois, às diversas formas de introduzir, retomar, ativar, desativar e recategorizar um referente à medida que o discurso se desenvolve (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014). Nessa perspectiva, os referentes ou objetos do discurso, embora digam respeito às coisas do mundo real, versam sobre elaborações situadas da realidade, nomeadas no e pelo texto, e se relacionam ao contexto de uso, às percepções individuais de mundo e aos propósitos comunicativos do produtor em relação ao(s) interlocutor(es).

A respeito dos diferentes modos de organização da argumentatividade de um texto, defendemos haver textos com argumentação direta e textos com argumentação indireta, referindo-se, portanto, a graus de argumentatividade (Cavalcante *et al*, 2020), não sendo possível falar em textos argumentativos e textos não argumentativos. Isso porque, por emergir de uma pretensão comunicativa e ser orientado para um fim, todo texto é, de algum modo, também argumentativo, como defendem Koch e Elias (2018, p. 28), ao confirmarem com exemplos o pressuposto de que “mesmo quando narramos ou descrevemos, a argumentatividade, em maior ou menor grau, está presente”.

Decerto, entendemos que a sequência argumentativa, quando dominante no texto, no caso da redação do ENEM, expressa de modo mais explícito e articulado a construção de um dizer persuasivo, exigindo, na verdade, que o produtor conduza o leitor a partilhar de uma ideia – a sua. Contudo, neste artigo, numa concepção ampla, entendemos a argumentação como a ação de agir sobre o outro, num convite a compartilhar percepções diversas (Amossy, 2018), antes mesmo da adesão a uma tese, no caso do gênero supracitado.

Numa perspectiva relacional, em diálogo com o que a literatura postula, a exemplo de Cavalcante (2011) e Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014), defen-

1 Outro estudo que evidencia o uso essencialmente argumentativo da linguagem é defendido por Soares (2018), em *Processos referenciais por nome próprio como estratégias argumentativas*, dissertação que mostra como o apelo a nomes próprios, na introdução e na retomada de referentes, orienta argumentativamente um projeto de dizer, à medida que influencia os modos de ver e sentir do interlocutor.

demos que os processos referenciais cumprem, na unidade discursiva, funções de natureza eminentemente argumentativa, isso porque consistem, na verdade, em escolhas em função de um querer dizer, no sentido de orientar o interlocutor para um fim: pretensão comunicativa. Isso porque, dotados de subjetividade e valor axiológico, os processos referenciais consistem em estratégias que permitem ao leitor desvelar e validar sua opinião sobre uma dada realidade.

Ancorado nesses postulados, este artigo objetiva analisar a atuação da introdução referencial no desenvolvimento da orientação argumentativa em redações nota mil do ENEM, de modo a: i) descrever o modo de manifestação deste processo referencial; e ii) analisar a natureza recategorizadora deste processo referencial no desenvolvimento da orientação argumentativa do texto. Com essa proposta, somamos às pesquisas que versam sobre um redimensionamento dos estudos acerca da introdução referencial, a exemplo de Silva (2013), entendendo que a inauguração do referente pode marcar co(n)textualmente a orientação argumentativa do texto, diferentemente da perspectiva prototípica pela qual comumente é vista pela literatura: isenta de cargas e funções significativas de avaliação que evidenciam posicionamentos e atualizam a argumentação no texto.

Para tanto, além destas palavras iniciais, nosso trabalho está organizado em mais quatro seções. Na seção seguinte, elucidamos a compreensão acerca de como a Linguística Textual concebe os estudos em Argumentação. Posteriormente, a discussão versa sobre os conceitos de recategorização e introdução referencial, no âmbito dos estudos em referenciação. Logo depois, apresentamos a análise da natureza recategorizadora da introdução referencial e sua atuação na orientação argumentativa em redações nota mil do ENEM ano 2018. Por fim, mediante palavras finais, expomos uma síntese dos resultados alcançados com a pesquisa.

1 A Argumentação sob a ótica da Linguística Textual

Os estudos em Linguística Textual constituem uma trajetória evolutiva voltada para as diferentes concepções de texto. De uma visão centrada nos fatores da coesão, especialmente da correferência, seguida do entendimento de texto como uma unidade estanque, pronta e acabada, o texto, na atualidade, é tido como um processo complexo e único de interação social gerador de sentidos construídos mediante consideração de aspectos linguísticos e extralinguísticos de natureza semiótica diversa (verbal, não-verbal, visual, sonora, gestual, etc).

De modo mais claro, os estudos atuais, a LT considera uma nova aborda-

gem, a chamada sociocognitivo-interacionista, o que implica discutir a relação entre cognição e cultura, adotando o termo sociocognição. Sobre essa visão, Cavalcante e Custódio Filho (2010, p. 59) afirmam que “a perspectiva assumida pela LT, na atualidade, considera que cultura e processamento mental são duas instâncias constitutivamente interligadas”, o que dialoga com a gênese da linguagem, que não atua como um espelho da realidade material, mas sim contextual, com produções socialmente construídas.

A respeito da interface que a Linguística Textual estabelece com os estudos sobre as teorias argumentativas, para esta discussão, adotamos as discussões trazidas por Cavalcante *et al* (2020), entendendo que a argumentação está inscrita na textualidade, ou melhor dizendo, no nível textual do nosso objeto de estudo: o texto.

Neste estudo, assumimos o pressuposto que, do ponto de vista retórico, todo texto é argumentativo, ainda que em maior ou menor grau, tese fundamentada em Amossy (2018), que defende uma concepção mais ampla de argumentação, entendida não somente como a tentativa de adesão a uma tese, mas também de agir sobre o outro, modificando-o, orientando-o e até reforçando uma percepção das coisas de determinada maneira. Isso porque, conforme Cavalcante *et al* (2020), Koch (2011) e Koch e Elias (2018), ao fazer uso de textos, dotado de intencionalidade, o sujeito terá sempre a pretensão de atingir o interlocutor, seja através da narração, descrição, explicação etc. Logo, a intenção é sempre influenciar o outro em relação a um projeto de dizer, o que todo texto é capaz de fazer.

De modo a elucidar a compreensão acerca dessa tese, utilizamos como exemplo o texto “1º período Letras Português”, num papel fixo a uma porta que, assumindo a função comunicativa de identificar o local de aula dos alunos ingressantes no ensino superior de uma dada universidade, é produzido com a finalidade de influenciar o outro, possibilitar, de alguma forma, uma ação no outro, ainda que seja meramente orientar. De modo simplista, esse exemplo ilustra o entendimento que a argumentação é inerente a qualquer ato de fala, pois “convida o outro a compartilhar modos de pensar, de ver, de sentir” (Amossy, 2018, p. 12), o que, conforme dito anteriormente, quanto às intenções, independe do tipo de texto que se produz.

Noutras palavras, intencional implica argumentar, já que, ao fazer uso da linguagem, possuímos, certamente, uma pretensão e, para obter êxito, não atuamos de qualquer forma. É o que defende, também, Travaglia (2017, p. 82), ao postular que “[...] a questão da argumentação é inarredável na constituição dos

textos porque sempre se tem um objetivo a conseguir quando se diz algo [...]”. Ou seja, no seu texto, o sujeito realiza escolhas em função dos seus objetivos e da situação discursiva – uma orientação argumentativa subjacente a qualquer tipo de texto.

É certo, pois, que, conceber a argumentatividade em maior ou menor grau implica falar em textos de visada argumentativa e textos de dimensão argumentativa, no caso de existir a defesa de uma tese ou não, respectivamente. Sob o enfoque teórico de Cavalcante et al (2020), numa releitura de Amossy (2018), em nível textual, por visada argumentativa, entende-se haver uma tese definida e a intenção de persuadir, dada a disposição de argumentos e contra-argumentos, proposta do gênero redação do ENEM²; ao passo que, por dimensão argumentativa, a persuasão ocorre de maneira indireta e, até mesmo, não admitida, trabalhando para que o alocutário perceba as coisas de determinada maneira, pressuposto que permite entender a argumentação como sendo constitutiva dos textos.

Ao falar de dimensão argumentativa, Amossy (2018) defende uma concepção mais ampla de argumentação, entendida não somente como a tentativa de adesão a uma tese, mas de influenciar o outro, tocá-lo de alguma forma, no sentido de (com)partilhar pontos de vista, percepções e valores de determinado modo. Visando distinguir uma e outra, a autora supõe que:

Em termos de gêneros, podem-se mencionar (entre outros) como discursos com visada persuasiva a pregação na igreja, o discurso eleitoral, a publicidade, o manifesto, o editorial. Entre os discursos que portam uma dimensão e não uma visada argumentativa, estão o artigo científico, a reportagem, as informações televisivas, algumas formas de testemunhos ou de autobiografia, a narrativa de ficção, a carta ao amigo, a conversação cotidiana (Amossy, 2018, p. 44).

Por tais asserções, convém destacar uma relação entre esses modos de argumentar e o que se entende por ponto de vista e tese: 1) a dimensão argu-

2 A esse respeito, entendemos a redação do ENEM como gênero, conforme postulados de Bakhtin (2016), em *Os gêneros do discurso*, dada a constituição por enunciados relativamente estáveis e apresentação de uma estrutura composicional, conteúdo temático e estilo. Ademais, Prado e Morado (2016), em *A redação do ENEM como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão*, também dão respaldo a essa posição, ao discorrerem sobre o conceito de gêneros discursivos na visão bakhtiniana e da escola de Genebra e investigarem uma coletânea de redações para o ENEM, refletindo e asseverando que o gênero Redação do ENEM já está assim consolidado e tem estruturas relativamente estáveis.

mentativa versa sobre a proposição de ponto(s) de vista, por consistir no receber, influenciar e no modo particular de ver as coisas, que é inerente a qualquer projeto de dizer; e 2) a visada argumentativa refere-se à construção de uma tese, à medida que evidencia um posicionamento, no sentido de declarar, definir, defender e orientar o leitor, com vistas à sua adesão.

Com efeito, pensar nesta articulação teórica entre a Linguística Textual e os estudos em Argumentação significa pensar a análise de estratégias de organização textual, ou seja, de como o texto está posto na materialidade linguística e o que isso implica à construção de sentidos, já que “é na dimensão das relações de *textualização* que a argumentação se inscreve, em total dependência com as relações de coerência textual” (Cavalcante, 2016, p. 122, grifo da autora). Logo, compreendemos que a argumentação atua como um aparato teórico que embasa os estudos acerca da textualização, especialmente na negociação dos sentidos, seja para revelar um ponto de vista, seja para anunciar e defender uma tese.

Elucidadas as questões acerca da argumentação na perspectiva da Linguística Textual, no que tange à construção dos sentidos, tratemos, na seção seguinte, do aparato teórico que dá respaldo ao estudo: recategorização e introdução referencial nos estudos em de referenciação.

2 Referenciação e (re)construção de sentidos

Processo que se constrói essencialmente na interação, a referenciação concerne numa construção (extra)linguística que se adequa às intenções comunicativas do falante, aos pontos de vista, ao contexto discursivo de enunciação, para citar apenas alguns dos aspectos discursivos que este fenômeno considera.

É certo, pois, que a natureza dinâmica da referenciação é compreendida à medida em que se concebe o entendimento de que, “[...] ao reconstruir o real, não só trazemos informações ao nosso texto, mas também, interagimos, manifestamos opiniões, argumentamos sobre/com ele” (Machado, 2013, p. 107), conforme nossa percepção própria da realidade, que difere a cada falante, contexto(s) e situação comunicativa, portanto. Isso porque não falamos o mundo, falamos sobre o mundo, de uma interpretação deste, o que a literatura chama de representação.

Com efeito, os referentes ou objetos do discurso são elaborações mentais que tecemos ao construir textos, na condição de interlocutores, em um contexto de interação específico, o que ocorre não apenas levando em conta o que está

posto linguisticamente, mas o que isso sugere: um conjunto de pistas cotextuais e contextuais dadas e disponíveis ao leitor no material linguístico. Essa visão implica dizer que:

O referente, ou objeto de discurso, é uma entidade que emerge da própria interação e nem sempre se explicita por uma expressão referencial, quer se introduzindo no discurso, quer apenas se mantendo nele sem muitas alterações, ou quer se mantendo, mas se recategorizando (Cavalcante, 2011, p. 122).

Por sua natureza dinâmica, os referentes podem ser (ou sempre são) transformados à medida que o discurso³ se desenvolve, de modo a cumprir finalidades comunicativas do falante, o que é inerente a qualquer proposta de produção textual. Tal evolução decorre do encadeamento de processos referenciais na teia textual, os quais, para vários autores, a exemplo de Cavalcante (2011), se dividem em dois eixos: introdução referencial, que diz respeito à menção primeira de entidades no texto; e *anáfora*, que consiste na remissão ou retomada de um antecedente, ou seja, de uma entidade já mencionada no texto.

A respeito do segundo eixo, quando se aponta para o já dito, numa relação co(n)textual, há uma especificação que marca os estudos em referenciação: as anáforas diretas versam sobre um processo anafórico explícito, que ocorre quando o objeto do discurso já introduzido é completamente recuperado num dado momento do texto; e as anáforas indiretas referem-se ao surgimento de um referente no texto a partir de uma ligação contextual ao que já fora dito no cotexto, nomeada como âncora, o que exige do interlocutor a realização de inferências (Cavalcante, 2011). Daí o entendimento de que, quanto aos processos anafóricos, a retomada volta-se para a correferencialidade e a remissão para a não-correferencialidade.

Ainda sobre o segundo eixo, há um outro processo também de natureza não-correferencial: a anáfora encapsuladora ou encapsulamento anafórico, que se caracteriza por sumarizar conteúdos e porções co(n)textuais retrospectivas ou prospectivas e inaugurar um novo ponto de discussão na argumentação que

3 Com respaldo nos pressupostos teóricos de Cavalcante e Custódio Filho (2010), tomamos texto e discurso como duas categorias da língua que, embora distintas, imbricam-se entre si, de modo que uma não deve ser trabalhada sem considerar a outra. Daí “a definição do discurso como ligação entre conceitos revestidos de uma forma linguística deixa em aberto a questão da natureza e da extensão desses encadeamentos” (Adam, 2011, p. 32), isso porque, ao falar de texto, necessariamente fala-se de discurso, pois o texto está atrelado à enunciação discursiva.

está sendo desenvolvida.

Um outro tipo de processo referencial é a dêixis, que, diferente da anáfora, provoca uma ação de chamar a atenção dos interlocutores, atuando como uma estratégia de engajamento, por fazer referência “à situação em que o enunciado é produzido, ou seja: às coordenadas de pessoa, tempo e lugar, que definem, respectivamente, as dêixis pessoal, temporal e espacial” (Cavalcante, 2011, p. 94).

Embora o foco se mantenha no estudo da introdução referencial, por se tratar de um recorte da pesquisa de dissertação, é importante compreender os demais processos, os quais, inclusive, se revelam no momento da análise, razão pela qual discorreremos, ainda que brevemente, sobre os diferentes tipos de anáfora. Essa postura teórico-metodológica decorre da compreensão da conexão que os referentes estabelecem na tessitura textual, interligados numa íntima interação, como defende Matos (2018), ao tratar do funcionamento de tais processos, quanto à relação de sentidos que estabelecem uns com os outros em rede.

No que diz respeito ao processo de recategorização referencial, Cavalcante (2011, p. 90) entende ser a “[...] evolução natural que todo referente sofre ao longo do desenvolvimento do texto; [...] abstratamente, na mente dos interlocutores, podendo ou não se realizar no cotexto por meio de termos anafóricos”, como ocorre no exemplo a seguir:

(1) Já faz 18 meses que não falo com minha esposa. É que não gosto de interrompê-la.
(Retirado de Cavalcante, 2012, p. 111).

Em (1), não é difícil notar a recategorização do referente “minha esposa” pela expressão “mulher tagarela”, inferência realizada mediante pistas co(n)textuais disponíveis na e pela materialidade linguística. As expressões “18 meses” e “não gosto de interrompê-la” notificam o interlocutor que se trata de uma mulher que fala muito, o que pode ser confirmado quando se acessa o conhecimento social e culturalmente partilhado de que a mulher, em qualquer circunstância, sempre tem razão ou sempre está certa. Daí o entendimento da recategorização como um processo que não ocorre de maneira linear, tampouco estanque, pois pode ser acessado de maneira intersubjetiva, na mente do interlocutor, sem uma inscrição pontual que o homologue na materialidade textual, como vê-se em (1).

As discussões acerca da anedota permitem pensar uma noção que interfere nos sentidos do texto, especialmente de natureza argumentativa: a intertextualidade, que é a ação de recorrer a “textos que se cruzam e se entrecruzam em novas e variadas combinações” (Koch; Elias, 2018, p. 39). Muito utilizada na cons-

trução de argumentos, as relações intertextuais emergem de menções à fala ou da referência a um dado autor, conferindo credibilidade à argumentação desenvolvida, destaque à temática em discussão e fundamento a um ponto de vista de caráter crítico e/ou avaliativo, para citar algumas de suas funções na unidade discursiva.

Decerto, cabe pontuar que, conforme Silva e Custódio Filho (2013, p. 83), a respeito da recategorização, “[...] falar em não linearidade não pressupõe uma interpretação caótica ou completamente livre. A abordagem não linear é um princípio de ação produtivo porque garante um trabalho interpretativo mais eficaz”, o que só acontece graças à disponibilidade dos sujeitos da interação em processar as estratégias discursivas dispostas co(n)textualmente.

Comumente definida como a menção de uma entidade pela primeira vez no texto, a introdução referencial ocorre quando “um referente, ou objeto de discurso, “estreia” no texto de alguma maneira”, podendo ocorrer de “modo mais evidente: por meio do emprego de uma expressão referencial ainda não mencionada anteriormente” (Cavalcante; Custódio Filho; Brito, 2014, p. 54, grifo dos autores).

Neste artigo, argumentamos que um referente pode, em sua primeira aparição no texto, já estar recategorizado, ou seja, ser recategorizado ao passo que é categorizado. Essa natureza recategorizadora da introdução referencial é defendida por vários autores, a exemplo de Silva (2013) e Silva e Custódio Filho (2013), a partir do entendimento que uma introdução referencial pode, prontamente, revelar um direcionamento opinativo do locutor, tornando claro o seu posicionamento no discurso, bem como o projeto argumentativo.

Ainda em diálogo com Silva (2013), defendemos, pois, que a orientação argumentativa marcada já na inauguração do referente é motivo para redimensionar os estudos acerca da introdução referencial. Ou seja, essa dimensão complexa impede que a vejamos unicamente pela perspectiva prototípica que a literatura nos apresenta: isenta de cargas e funções significativas, cujo papel seja apenas tornar saliente um referente no discurso.

Com efeito, essa inscrição da argumentatividade decorre do uso das escolhas lexicais que não são aleatórias, estão, pois, a serviço de um projeto de dizer eminentemente argumentativo. Ou seja, uma introdução referencial desta natureza cumpre o papel de orientar um ponto de vista que, demarcado inicialmente, pode ser confirmado, atualizado ou corrigido ao longo do texto. Logo, trata-se de uma estratégia de caráter argumentativo.

A partir dessa visão, defendemos que referenciação e argumentação estão intimamente inter-relacionadas na teia textual-discursiva, sobretudo quando há recategorização, pois os processos referenciais revelam e atualizam, de alguma forma, a argumentação do texto, motivada especialmente pelas escolhas textuais, as quais orientam o interlocutor à determinada finalidade comunicativa. Logo, é preciso considerar as questões de natureza diversa pelas quais o sujeito se vale nas produções textuais, a saber: social, cognitiva, cultural, ideológica etc.

Nessa ótica, facilmente percebemos que os diferentes modos de fazer referência às coisas revelam a argumentatividade de um texto, pois “[...] qualquer que seja o olhar que se coloque sobre a construção da referência, a argumentação estará presente” (Cavalcante *et al*, 2020, p. 139). Para assumir como inerente à linguagem tal pressuposto, basta pensar naquilo que dá origem aos textos: necessidade comunicativa (de interação), orientada para alguém e com alguma pretensão, não podendo, pois, ser realizada de todo modo.

Em síntese, reivindicamos que toda produção textual é sempre voltada para o outro, de modo que, para atingi-lo, o enunciador se vale de estratégias que são, na verdade, escolhas que demarcam essa orientação argumentativa, e os processos referenciais de natureza recategorizadora, também inerentes aos textos, auxiliam no cumprimento desta tarefa. É nesse viés teórico-metodológico que a análise do *corpus* deste trabalho se centra.

Na sequência, voltemos nosso olhar para a descrição e análise da natureza recategorizadora da introdução referencial e sua atuação na orientação argumentativa em redações nota mil produzidas por candidatos do ENEM, ano 2018.

3 Análise dos dados

Considerando que muitas são as perspectivas teóricas sobre os estudos dos gêneros, com respaldo na Linguística Textual, partimos do pressuposto de que só existe comunicação se houver texto que, inevitavelmente, se realiza em algum gênero. A esse respeito, numa perspectiva sócio-histórica e dialógica, os gêneros discursivos são formas estáveis e instáveis de comunicação (Cavalcante, 2012), isto é, embora sua estrutura deva seguir um padrão que o reconheça como pertencente a determinado gênero, cada texto é único e singular.

Conforme proposto, intencionamos analisar a atuação da introdução referencial no desenvolvimento da orientação argumentativa em redações nota mil do ENEM, de modo a: i) descrever o modo de manifestação deste processo

referencial; e ii) analisar a natureza recategorizadora deste processo referencial no desenvolvimento da orientação argumentativa do texto. O *corpus* de análise é constituído de 2 redações nota mil do ENEM⁴ cujo tema é “Manipulação do comportamento do usuário pelo controle de dados na *internet*”, que propõe uma discussão acerca de como o usuário da *internet*, através de pesquisas realizadas e o uso das redes sociais, por exemplo, revela para o sistema seus gostos, preferências e opiniões.

Enquanto direcionamento metodológico, a análise encontra-se organizada da seguinte maneira: 1) apresentação do texto, na íntegra, conforme estrutura prototípica da sequência argumentativa; 2) identificação (modo sublinhado e/ou negrito) da introdução referencial; 3) descrição dos seus modos de manifestação; e 4) análise e interpretação da relação existente entre o referido processo e a orientação argumentativa do texto.

Sigamos, agora, para a análise do *corpus*, considerando as partes que organizam a sequência argumentativa: *premissas*, na apresentação do tema; *apoio*, com a exposição de argumentos que dão sustentação à discussão; e *asserção conclusiva*, referente ao fechamento das ideias, composição estrutural apresentada em Adam (2011).

Redação 01	
Premissas	Em “ <u>O jogo da imitação</u> ”, o personagem Alan Turing prejudica o avanço da Alemanha nazista , quando consegue decifrar os algoritmos correspondentes ao projeto de guerra de Hitler. Diante disso, pode-se observar, desde a segunda metade do século XX, a relevância do conhecimento tecnológico para atingir certos objetivos. Contudo, diferentemente desse contexto, atualmente, utiliza-se, muitas vezes, a tecnologia não para o bem coletivo, como no filme, mas para vantagens individuais , mediante <u>a manipulação de dados de usuários da internet</u> . Destarte, é fundamental analisar as razões que tornam essa problemática uma realidade no <u>mundo contemporâneo</u> .

3 Retirado de *Cartilha redação a mil: 30 redações 1000 do ENEM 2018*. Disponível em: <https://s1.static.brasilecola.uol.com.br/vestibular/arquivos/cartilha-redacao-a-mil-2018.pdf>.

<p>Apoio</p>	<p>Em primeiro lugar, cabe abordar a dificuldade de regulação dos sites quanto ao acesso aos dados de quem está inserido no ambiente virtual. Segundo o filósofo Kant, a pessoa é um fim em si mesma, e não um meio de conseguir atingir interesses particulares. Nesse sentido, rompe-se com tal lógica humanista ao verificar-se que, hoje, muitas empresas transformam <u>o consumidor</u> em um instrumento de lucro. Isso ocorre porque os entraves para o controle da manipulação, caracterizados pela dificuldade de identificação dos agentes de tal ação, inviabilizam a proteção dos usuários, sobretudo nas redes sociais, que são o principal elo de ligação das pessoas com as empresas e suas propagandas publicitárias. Por conseguinte, os indivíduos são bombardeados por anúncios, que contribuirão para traçar perfis individuais, direcionar o consumo e, ainda, influenciar as escolhas e os gostos de cada um.</p> <p>Ademais, outro fator a salientar é a falta de informação no que tange à internet. Com o advento da <u>Terceira Revolução Industrial</u>, nota-se uma população cada vez mais rodeada de tecnologia, porém, despreparada para lidar com ela. Percebe-se, em grande parte das <u>instituições de ensino</u>, que a educação é incompleta, visto que, apesar de, desde <u>a infância</u>, ter contato com computadores e celulares, a criança cresce sem saber discernir corretamente quais dados podem ser públicos e como protegê-los de sistemas inteligentes. Logo, é mister providenciar uma reconfiguração no ensino para formar indivíduos conscientes dos riscos que a internet pode oferecer.</p>
<p>Asserção conclusiva</p>	<p>Torna-se evidente, portanto, que a manipulação do comportamento do usuário é nociva ao direito dele à privacidade. Assim, cabe ao <u>Executivo</u> combater a manipulação de dados, mediante o investimento no Ministério de Ciência e Tecnologia, que aprimorará a fiscalização dos sistemas virtuais das empresas e desenvolverá um setor de tecnologia da informação, rumo à ampla proteção dos usuários do ambiente cibernético. Outrossim, compete ao <u>Legislativo</u> inserir na grade curricular disciplinas como Informática e Educação Tecnológica, por meio da alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a qual permitirá um suporte de ensino sobre as ameaças aos dados virtuais e sobre como lidar com as redes sociais, a fim de criar uma maior preocupação com a segurança das informações. Dessa forma, será possível construir uma sociedade mais autônoma e menos guiada pelos interesses empresariais.</p>

Nesta redação, notamos que a primeira introdução referencial atua como um recurso intertextual, “O jogo da imitação”, funcionando estrategicamente como um argumento de embasamento à temática apresentada. Com a inscrição pontuada desse objeto, outros referentes emergem no texto, a exemplo de “o personagem Alan Turing” e “os algoritmos”, anáforas indiretas que subtopicalizam o referente supracitado a que se remetem, a primeira por associação e a segunda exigindo um grau maior de inferência. Daí o comportamento influenciador da introdução referencial supracitada: motiva o surgimento de referentes outros, orientando o leitor à compreensão de um ponto de vista.

Além disso, fica claro que o emprego de tais expressões atua como uma estratégia de, já de início, engajar o leitor no texto, o que é persuasivo, à medida que o convida a ativar na memória discursiva a relação do filme “O jogo da imita-

ção” e o papel do “personagem Alan Turing” com a temática de discussão trazida no texto. A visualização desse dizer argumentativo decorre da visão interpretativa de um convite ao interlocutor a compartilhar modos de pensar, ver e sentir, estratégia inerente às práticas linguageiras (Amossy, 2018).

Ainda no primeiro período do texto, percebemos a inauguração de um novo objeto de discurso, “Alemanha nazista”, que, na forma de uma expressão nominal, motiva a aparição de outro referente, a saber: “o projeto de guerra de Hitler”. No entanto, esta segunda introdução referencial é de natureza recategorizadora, pois, logo de início, cumpre a função de caracterizar o referente “Alemanha”, dado o emprego do modificador “nazista”, que demarca uma avaliação negativa, provavelmente baseada em acontecimentos históricos, se considerarmos o emprego da anáfora indireta “o projeto de guerra de Hitler”, na sequência. Essa interpretação se justifica pela possibilidade de o candidato ter feito uso de uma outra escolha lexical para introduzir um novo referente no discurso, “Alemanha”, por exemplo, sem um valor axiológico, portanto.

Quanto à sua atuação, a primeira introdução referencial revela ao leitor informações sobre o referente “O jogo da imitação”, evidenciando, pois, a relação com a temática em discussão; ao passo que a segunda, além de reiterar a avaliação negativa feita ao referente “Alemanha”, percepção defendida em Silva (2013), analogicamente, expõe uma outra ao referente “Hitler”, de um indivíduo que defende e pratica a violência.

De modo a apresentar a face negativa dos meios tecnológicos, o candidato introduz dois novos referentes no texto: “vantagens individuais” e “a manipulação de dados de usuários da internet”, (re)atualizando a argumentação intencionada e, certamente, a sua orientação. O primeiro referente, ao expressar uma avaliação negativa, condensa as ideias que introduzem a discussão (tese) e encapsula o que ainda será apresentado ao longo do texto, especialmente na exposição dos argumentos (apoio), orientando os sentidos do texto aos fins pretendidos. Já o segundo, ao estabelecer ligação com a ideia anteriormente expressa, especifica a temática em pauta: não se trata apenas do uso da tecnologia, mas desse uso para fins de manipulação.

Por tais postulados, fica fácil entender o ineditismo de tais introduções referenciais, de acordo com Koch e Elias (2018), como a constituição de um elemento-chave na orientação argumentativa do texto, por servir como ponto de partida para a sua leitura e, dessa forma, auxiliar tanto na apresentação das ideias iniciais (premissas) quanto dos argumentos (apoio).

Em seguida, o candidato, ao concluir a disposição das ideias iniciais acerca da temática, postula ser fundamental analisar as razões que tornam essa problemática uma realidade no “mundo contemporâneo”, introdução referencial que, agora, não só ratifica o seu dizer, como desambigua a discussão, contextualizando-a, uma vez que foi feita menção ao século passado: “a segunda metade do século XX”.

A respeito dos argumentos expostos (apoio), um outro ponto de destaque é a introdução referencial de natureza recategorizadora “o filósofo Kant”, estratégia intertextual que contribui para tentar influenciar o leitor quanto ao seu dizer, como discutido em Koch e Elias (2018). Nesse contexto, a menção ao “filósofo Kant” e ao seu conceito sobre pessoa constituem argumentos que sustentam o ponto de vista revelado: os algoritmos que controlam os dados dos usuários contribuem para as “vantagens individuais”, a exemplo de empresas que intencionam obter lucros por meio dos consumidores, como dito pelo candidato na sequência, atualização de um dizer inaugurado nas premissas do texto, conforme discutido anteriormente.

Mediante tais assertivas, reivindicamos, em diálogo com Cavalcante *et al* (2020), que a argumentatividade de um texto não se limita ao emprego de anáforas naturalmente recategorizadoras, mas perpassa todo e qualquer processo referencial, inclusive homologada na “estreia” de referentes por nome próprio, a exemplo de tal uso no texto em análise.

Mais adiante, a sustentação da tese do candidato segue sendo feita mediante emprego de processos referenciais. De modo específico, na intenção de validar o entendimento de que a tecnologia permeia a população há algum tempo, ideia expressa na introdução do texto, o candidato inaugura um novo referente: “Terceira Revolução Industrial” - acontecimento histórico que data o avanço da tecnologia. Na verdade, ocorre que esta introdução referencial estabelece relação de sentido com a expressão “a segunda metade do século XX”, presente nas premissas do texto, pela ocorrência em meados do século XX, especificamente a partir da década de 1950, íntima relação entre processos referenciais defendida em Matos (2018).

No tocante à orientação argumentativa do texto, a referência construída não só confirma o que já fora apontado anteriormente, atualizando um dizer, como serve de argumento para deixar subentendido que o avanço da tecnologia é desproporcional à lucidez e ao preparo da população para lidar com ela. Daí uma outra função dessa articulação entre referentes: introduzir um novo ponto

de vista a respeito da temática.

Ao tratar do despreparo da população e da falta de informação no que diz respeito à internet, condições desarmônicas em relação ao avanço da tecnologia, o candidato emprega a introdução referencial “instituições de ensino”, seguida de uma nova avaliação – “a educação é incompleta” –, para justificar o seguinte ponto de vista: a escola não consegue contribuir eficazmente na construção do ser consciente quanto ao uso da tecnologia e seus meios, dado o início do acesso à escola – “infância” – concomitante aos meios tecnológicos. Toda essa construção referencial, portanto, cumpre o papel de convencer o leitor acerca de um dizer.

Na asserção conclusiva, o candidato articula o fechamento das ideias a respeito da problemática mediante duas ações como propostas de intervenção: i) “a fiscalização dos sistemas virtuais das empresas”; e ii) “um suporte de ensino”. Para tanto, os referentes “Executivo” e “Legislativo”, enquanto introduções referenciais, atuam como agentes de tais ações interventivas e servem de âncora para a aparição de outros referentes, “Ministério de Ciência e Tecnologia”, “disciplinas como Informática e Educação Tecnológica” e “Lei de Diretrizes e Bases da Educação”, responsáveis por colocar em prática tais propostas, dada a similaridade semântica entre ambos. Daí o entendimento que a construção da referência, homologada pela introdução referencial, cumpre funções eminentemente argumentativas, como proposto em Silva (2013), Cavalcante (2016) e Cavalcante *et al* (2020).

Com essas percepções analíticas, ratificamos que a introdução referencial sinaliza para a presença da intertextualidade na unidade discursiva à medida que engaja o leitor – estratégias argumentativas. Vejamos a atuação deste processo referencial na redação a seguir:

Redação 02	
Premissas	Em um dos episódios da série televisiva “Black Mirror”, é retratada a aceitação de padrões de comportamentos na Internet pelo indivíduo como uma forma de ser aceito pela sociedade mesmo que, muitas vezes, este discorde daqueles. De maneira similar à realidade, nota-se que, no Brasil, a questão da manipulação dos usuários no ambiente virtual em nada difere do enredo ficcional citado, pois a falta de um questionamento contundente pelas esferas midiático e social acerca da temática é uma marca constante neste país. Diante disso, é imprescindível discutir novas metodologias ativas no intuito de estimular o desenvolvimento do senso crítico dos cidadãos e eliminar as mazelas trazidas pela problemática.

<p>Apoio</p>	<p>Nesse sentido, observa-se a influência midiática na atual conjuntura, já que, desde a Revolução Técnico-Científica, com a criação de artigos tecnológicos de preço acessível e que possibilitam o acesso a informações em escala global, até a contemporaneidade, com a popularização dessas tecnologias devido ao surgimento das redes sociais, por exemplo, nota-se que o indivíduo encontrou nesses produtos uma forma de expressar seus pensamentos e de ter acesso a conhecimentos variados. Todavia, ao mesmo tempo em que a mídia proporciona essa liberdade também a limita, utilizando para isso o emprego de algoritmos que regulam o fluxo de informações que chegam aos usuários, a exemplo da plataforma digital Netflix. Por conseguinte, há a criação de uma “bolha”, em que os indivíduos possuem acesso apenas a conteúdos de seu interesse, o que interfere negativamente na formação do seu pensamento por não abordar integralmente os assuntos existentes. Desse modo, o jovem, por ainda estar construindo sua personalidade, é facilmente suscetível a adquirir os conteúdos sem o devido questionamento, impossibilitando o pleno desenvolvimento de seu senso crítico.</p> <p>Nessas circunstâncias, deve-se ressaltar a importância econômica da problemática. Em face disso, <u>Adorno</u> traz em seus trabalhos o conceito de Indústria Cultural, em que há uma objetificação do homem pela mídia, passando este a seguir os comportamentos ditados pela seara midiática. Seguindo essa linha de pensamento, as empresas que utilizam os dados dos usuários presentes na Internet para promover seus produtos estariam interessados não no bem-estar do indivíduo, mas nas benesses econômicas, promovendo a circulação de ideias e mercadorias com ausência de um conteúdo crítico, permitindo com isso a massificação desses comportamentos. Dessa maneira, entende-se essa questão como uma problemática cuja resolução deve ser imediata.</p>
<p>Asserção conclusiva</p>	<p>Destarte, é mister a união entre a seara midiática e a sociedade a fim de mostrar a essencialidade da reeducação dos cidadãos para a eliminação dessa prática na sociedade. Para tanto, a mídia, em parceria com as instituições privadas, deve reformular os algoritmos presentes nos meios midiáticos, adotando formas mais abrangente de disponibilizar os conteúdos de forma integral nas mídias, no intuito de proporcionar uma maior variedade de opções aos indivíduos. Ademais, em sinergia com a sociedade, deve propor a discussão da temática mediante a criação de campanhas publicitárias e programa de debates, em busca de estimular o indivíduo a desenvolver o seu senso crítico e instigar a busca de conhecimento de forma mais completa. Só assim será possível evitar que casos, como da série “Black Mirror”, venham a ocorrer.</p>

A princípio, nota-se que a primeira introdução referencial em destaque é uma marca de intertextualidade explícita que o produtor faz uso em seu texto, logo de início, funcionando estrategicamente como um forte argumento de autoridade em relação à temática apresentada (Koch; Elias, 2018). Com isso, o candidato convida o leitor a acessar a memória discursiva, ou até mesmo de induzi-lo a tomar conhecimento do que venha a ser a “série televisiva “Black Mirror: exibição de histórias de ficção científica que, numa visão futura da modernidade, criticam a face sombria da tecnologia. Fica evidente, portanto, que não se trata de uma escolha ingênua, ou de um dizer aleatório, mas sim intencional, pois o emprego

dessa introdução referencial não só engaja o leitor na discussão, já nas premissas da sequência argumentativa, mas embasa a discussão proposta, relacionando-a à temática trazida na referida série.

Nesse jogo estratégico de ideias, o candidato valida o seu ponto de vista ao empregar a introdução referencial “a aceitação de padrões de comportamento na Internet”, de modo a atestar a premissa postulada anteriormente de que a discussão do “enredo ficcional citado”, como a série televisiva é retomada na sequência, se relaciona à temática proposta na redação.

Por tais observações, notamos que a intertextualidade, marcada na introdução referencial em destaque, auxilia na construção da argumentação que se pretende desenvolver do texto, como visto em Koch e Elias (2018). Isso porque, o movimento referencial realizado assume um papel influenciador, pois, além de apresentar o tema proposto com a discussão, encaminha ao leitor à argumentação que orienta os sentidos do texto, como ocorre na sequência.

Ainda nas premissas do gênero em análise, duas introduções referenciais potencialmente recategorizadoras são empregadas: “novas metodologias ativas” e “as mazelas”, manifestadas por meio do uso de modificadores que atestam o caráter avaliativo do fenômeno da recategorização. A nossa interpretação é de que as introduções referenciais em questão encapsulam e recategorizam, antecipadamente, tudo o que ainda será apresentado no texto: “novas metodologias ativas”, no parágrafo conclusivo, enquanto proposta de intervenção do candidato; e “mazelas”, no desenvolvimento da redação, por sinalizar para as consequências da problemática. Com efeito, neste contexto, a introdução referencial de natureza recategorizadora desempenha o papel de direcionar a cadeia referencial a ser construída ao longo do texto, responsável pela progressão da argumentação arquitetada (Cavalcante, 2012).

Com apoio em Silva e Custódio Filho (2013), defendemos que o uso da recategorização já na introdução referencial denota argumentatividade, ao adiantar uma ideia a ser desenvolvida e defendida ao longo do texto, no caso de “novas metodologias ativas”, e destaca um ponto de vista, uma avaliação, no caso de “mazelas”, escolhas lexicais pensadas para tal fim, dado que o candidato poderia ter feito uso de entidades não valorativas, a exemplo de “ações”.

Decerto, argumentamos que a natureza recategorizadora presente em tais introduções referenciais é marcadamente intencional e, por isso, argumentativa: cumpre os papéis de, ainda nas premissas do texto, antecipar ao leitor uma conclusão e orientá-lo para um posicionamento, ambos (re)apresentados no de-

correr do texto, movimento referencial eminentemente argumentativo. Visualizar esse agir não prototípico da introdução referencial atesta o que a literatura, especialmente Silva (2013), vem postulando sobre a recategorização: processo que pode ser homologado no discurso sem necessariamente haver uma expressão referencial anterior a que se faça referência, pois perpassa todo o campo da referenciação.

Encaminhando a discussão para os argumentos apresentados (apoio), trabalhando na continuidade da argumentação textual e apresentando, ainda, as mazelas ocasionadas pela problemática da manipulação dos usuários no ambiente virtual, vejamos como o candidato introduz um novo tópico discursivo ao texto, de modo que a argumentação em torno dele é desenvolvida também a partir do uso do processo de introdução referencial.

Inicialmente, o referente “Adorno”, enquanto entidade nova no texto, reforça a argumentação construída com as proposições que seguem, ao aprofundar a discussão com a inclusão do conceito de “Indústria Cultural”, que encapsula a predicação a seguir “uma objetificação do homem pela mídia, passando este a seguir os comportamentos ditados pela seara midiática”, assegurando, pois, o direcionamento argumentativo intencionado com o texto: a mídia, através dos meios de comunicação, atrai e aliena os indivíduos conforme interesses econômicos próprios. Noutras palavras, fazer menção à figura de Adorno, filósofo e sociólogo, e ao seu dizer, fortalece a argumentação do texto, conferindo-lhe maior credibilidade – outro recurso intertextual utilizado pelo autor para tornar o seu projeto de dizer mais convincente.

Para finalizar o texto, ao apresentar uma proposta de intervenção para a problemática, o candidato discute acerca das “novas metodologias ativas” (parágrafo introdutório), ratificando, pois, o papel da introdução referencial: delinear o direcionamento argumentativo do enunciador, delimitando um dizer que será orientado para determinado fim (Amossy, 2018), mediante construções de referências outras, as quais, neste artigo, não são foco de análise.

A respeito da asserção conclusiva, ainda que novos referentes não sejam introduzidos no texto, arrazoamos que toda a referência construída se volta para as introduções referenciais apresentadas nas premissas do texto, pois a discussão aponta para uma série de informações que caminham em direção ao ponto de vista já anunciado: “é imprescindível discutir novas metodologias ativas”. Com essa percepção, dizemos que “novas metodologias ativas” recategoriza antecipadamente a proposta de intervenção acerca da temática discutida, dado o

anúncio de possíveis ações que consistem, na verdade, em “novas metodologias ativas”. Logo, cabe dizer que a argumentação textual marcada nas introduções referenciais não só define o ponto de vista do candidato como é continuada e atualizada no texto por referências outras.

Essa articulação entre os referentes, amplamente defendida por Matos (2018), contribui para evidenciar a argumentatividade explícita no texto em questão, inscrita textualmente pela introdução referencial e reforçada, ou melhor dizendo, atualizada pelos processos anafóricos. Decerto, ainda que este artigo verse sobre a atuação da introdução referencial, assumir essa conexão entre os processos referenciais no desvelamento de um projeto de dizer é inerente à análise de textos na íntegra, tornando, pois, impossível não visualizar a íntima relação que as entidades estabelecem na tessitura textual, pois, corroborando com a autora, os objetos de discurso atuam em rede no estabelecimento dos sentidos de um texto.

Concluído o trabalho de análise dos dados, na sequência, tecemos breves pontuações sobre os resultados alcançados com a investigação proposta.

Algumas palavras finais

Pretendemos, com este artigo, analisar a atuação da introdução referencial no desenvolvimento da orientação argumentativa em redações nota mil do ENEM, considerando o modo de manifestação e a natureza recategorizadora deste processo referencial.

Por toda a análise apreendida, reforçamos a argumentatividade presente já na introdução inaugural dos referentes, à medida que cumpre as funções de fornecer informações a seu respeito, caracterizando-os e avaliando-os, e revelar pontos de vista que constroem e reforçam uma tese. A natureza recategorizadora das introduções referenciais permite, além disso, encapsular um projeto de dizer que ainda será trabalhado ao longo da unidade discursiva, anunciando ao leitor a cadeia referencial a ser construída e, com isso, antecipando uma conclusão. Tais funções, eminentemente argumentativas, ilustram bem o papel articulador das introduções referenciais, considerando que a inauguração de um referente implica uma posterior retomada ou remissão, e, conseqüentemente, induzem o leitor a vislumbrar por determinada ótica a discussão que segue nos parágrafos seguintes.

Outrossim, assumindo a posição prototípica de tornar saliente um refe-

rente no discurso, vimos que as introduções referenciais também desempenham as funções de desambiguar e explicitar uma ideia e engajar o leitor na discussão, à medida que seu ineditismo motiva a aparição de outros referentes que entram em cena, auxiliando a tarefa de orientar o leitor à adesão de um projeto de dizer. Ademais, as introduções referenciais atuam como recursos intertextuais exercendo as funções de oferecer credibilidade à discussão e inserir um argumento de autoridade, tanto na construção da tese (premissas) quanto na sua defesa (apoio).

Analogamente, o modo de manifestação, por expressões nominais e uso de modificadores, atesta tais interpretações, pois expressam uma carga semântica que denota a subjetividade de um dizer: avaliações, opiniões e valorações a respeito da referência fabricada e da discussão com o texto. Decerto, tais observações possibilitam a ampliação da visão acerca do processo de introdução referencial, já proposto em Silva (2013), enquanto processo que está para além da inserção de um referente no discurso, de recategorização precoce, portanto.

Em particular, a respeito da estrutura prototípica do *corpus* de análise, redação do ENEM, entendemos que o emprego das introduções referenciais, nas premissas do texto, inscreve o projeto argumentativo, a ser desenvolvido ao longo do texto, já nas suas primeiras linhas, dado que o teor recategorizador na própria inauguração do referente revela posicionamentos diversos do produtor.

À vista disso, para análises futuras, cabe investigar o emprego de tal mecanismo em textos com outros graus de argumentatividade, especialmente aqueles de menor grau, a exemplo da reportagem, autobiografia, narrativa de ficção, como propõe Amossy (2018). Isso porque o gênero redação do ENEM expressa de modo mais explícito e articulado a construção de um dizer persuasivo, mas a natureza recategorizadora das introduções referenciais pode estar presente em textos com estruturas diversas, como mencionado na seção teórica.

Em suma, as percepções elucidadas neste artigo sugerem uma contribuição ao trabalho ao professor de Língua Portuguesa, que deve potencializar as aulas, conscientizando os discentes da importância das escolhas linguísticas, pelo poder que possuem na orientação argumentativa dos textos, bem como a ampliação da interface entre referenciação e argumentação em estudos posteriores, agenciando novas discussões e aspectos outros às formas de argumentar.

Referências

ADAM, J. M. **A Linguística Textual**: introdução à análise textual dos discursos. 2. ed. Revista e aumentada. São Paulo: Cortez, 2011.

AMOSSY, R. **A argumentação no discurso**. Tradução de Angela M. S. Corrêa [et al.]. São Paulo: Contexto, 2018.

CAVALCANTE, M. M.; CARVALHO, A. P. L.; SILVA, A. A.; DUARTE, A. L. M.; PINHEIRO, C. E. S.; LIMA, I. M.; FERNANDES, J. O.; BARROS, J. M.; SOARES, M. S.; FARIA, M. G. S.; BRITO, M. A. P.; MARTINS, M. A.; MACEDO, P. S. A.; OLIVEIRA, R. L.; PINTO, R.; CORTEZ, S. L.; CUSTÓDIO FILHO, V. **Linguística Textual e Argumentação**. 1. ed. Campinas, SP: Pontes editores, 2020.

CAVALCANTE, M. M. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial, v. 14, n. 12, p. 106-124, 2016. Disponível em: <https://www.revel.inf.br/files/ea45a0fb-01f8dde37a9435628505a55d.pdf>. Acesso em: 15 maio 2024.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V.; BRITO, M. A. P. **Coerência, referência e ensino**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2014.

CAVALCANTE, M. M. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.

CAVALCANTE, M. M. **Referência**: sobre coisas ditas e não ditas. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

CAVALCANTE, M. M.; CUSTÓDIO FILHO, V. Revisitando o estatuto do texto. **Revista do GEL-NE**, Piauí, v. 12, n. 2, p. 56-71, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/26452/1/2010_art_mmcavalcante.pdf. Acesso em: 20 maio 2024.

KOCH, I. G.; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

KOCH, I. G. **Argumentação e linguagem**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MACHADO, D. Z. Referência. In: COSTA, I. B.; FOLTRAN, M. J. (orgs.). **A tessitura da escrita**. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 101-123.

MATOS, J. G. **As redes referenciais na construção de notas jornalísticas**. 2018. 259f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/35419/5/2018_tese_jgmatos.pdf. Acesso em: 27 abr. 2024.

PRADO, D. de F.; MORATO, R. A. A redação do ENEM como gênero textual-discursivo: uma breve reflexão. **Cadernos CESPUC De Pesquisa Série Ensaios**, v. 29, p. 205-219, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.2358-3231.n29p205-219>. Acesso em 16 dez. 2024.

SILVA, F. O. **Formas e funções das introduções referenciais**. 2013. 126f. Tese (Doutorado em Linguística). Programa de Pós-Graduação em Linguística. Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 2013. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/8247/1/2013_tese_fosilva.pdf. Acesso em: 29 abr. 2024.

SILVA, F. O.; CUSTÓDIO FILHO, V. O caráter não linear da recategorização referencial. In: CAVALCANTE, M. M.; LIMA, S. M. C. (orgs.). **Referência**: teoria e prática. São Paulo: Cortez, 2013. p. 59-85.

SOARES, M. S. **Processos referenciais por nome próprio como estratégias argumentativas.** 2018. 119f. - Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/33104>. Acesso em: 16 dez. 2024.

TRAVAGLIA, L. C. Fatos pertinentes para o trabalho com a tipologia textual no ensino de língua. *In*: MARQUESI, S. C.; PAULIUKONIS, A. L.; ELIAS, V. M. (orgs.). **Linguística Textual e ensino.** São Paulo: Contexto, 2017. p. 69-89.

Sobre as autoras

Amanda Mikaelly Nobre de Souza - Doutoranda em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: anobredesouza@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5351219813890609>. OrcID: <http://orcid.org/0000-0002-4449-0166>.

Lidiane de Moraes Diógenes Bezerra - Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora Adjunto IV da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Campus de Pau dos Ferros (CAPF). Docente permanente do Programa de Pós-Graduação em Letras (PPGL), pela mesma instituição. Pau dos Ferros-RN; E-mail: lidmoraib@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4674844318235214>. OrcID: <http://orcid.org/0000-0002-9569-5567>.